

BNDES e Movimento dos Atingidos por Barragens: experiência de diálogo via “Plataforma BNDES”

Aline Priscila Craveiro Cardoso¹

Resumo: Nos últimos anos foram lançados diversos estudos que objetivam demarcar a importância do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. As investigações trabalham com os aspectos econômicos, políticos e sociais da instituição. O presente trabalho propõe-se a fazer uma análise das possibilidades e limites de diálogo que se estabelecem entre o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) via Plataforma BNDES, experiência iniciada entre os anos de 2006 e 2007. Entre divergências e convergências acerca do tipo de desenvolvimento impulsionado pelo Banco, o presente trabalho analisará esta experiência no que diz respeito ao modelo de energia financiado pela instituição pública e as consequências para parcela da sociedade civil que se encontra organizada dentro do MAB.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Estado, BNDES, Movimentos Sociais.

Abstract: In the last years, several studies have been launched analyzing the importance of the National Bank for Economic and Social Development. The investigations work with the economic, political and social aspects of the institution. The present paper proposes to analyze the possibilities and limits of dialogue that were established between the Dam-affected People Movement (MAB) and the National Bank for Economic and Social Development (BNDES) via the BNDES Platform, an experiment started between 2006 and 2007. Among divergences and convergences about the type of development promoted by the Bank, the present work analyzes this experience with respect to the model of energy financed by public institutions and the consequences for civil society, organized within MAB.

Keywords: Development, State, BNDES, Social Movements

INTRODUÇÃO

As instituições públicas e a execução de políticas têm papel de destaque na história do desenvolvimento brasileiro. Com participação fundamental, desde sua criação em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)² foi um dos atores principais para impulsão do desenvolvimento brasileiro. O BNDES foi concebido com objetivo de auxiliar e acelerar o crescimento econômico necessário ao desenvolvimento nacional.

Vale ressaltar que o desenvolvimento não se estrutura unicamente no aspecto econômico, há o aspecto social e democrático. Tais aspectos são contrastantes entre si. Para que se compreenda as diferentes facetas do

¹ Mestranda em Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

² O BNDE é criado como entidade estatal autônoma, mediante a lei nº1.628, de 20 de junho de 1952. Em 1982, o BNDE acrescenta o S em sua sigla, relacionada a integração do social como parte de suas políticas relacionadas ao desenvolvimento.

desenvolvimento nacional é necessário apreender a forma de movimentação e possibilidades de diálogo que se estabelece entre os diferentes atores que compõe a sociedade brasileira.

O artigo apresentará dois atores em especial, o BNDES – instrumento formulador e executor das políticas de desenvolvimento econômico brasileiro – e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) enquanto representante de parcela da sociedade civil organizada.

Entre os anos de 1970 e início de 1980, o BNDES intensificou sua parceria com agentes financeiros ligados ao setor da energia, especialmente o segmento hidrelétrico. O modelo energético adotado é voltado, prioritariamente, para atender demandas de grandes empresas, em sua maioria estrangeiras ou associadas ao capital internacional. O MAB surge em resposta à necessidade de organização diante dos aspectos danosos da “energia e seus impactos sociais e ambientais”.

Procura-se identificar no artigo a quem interessa tal modelo energético, as frações burguesas atendidas por ele, o papel deste instrumento público, a mediação entre o desenvolvimento econômico e social e o papel dos Movimentos Sociais neste processo.

Como representante de parcela da sociedade civil organizada, pela luta de direitos frente ao avanço do capital, o MAB é crítico a forma do Banco se relacionar com o bloco dominante do setor elétrico brasileiro. O movimento identificou que a energia em nosso país é controlada por grandes empresas representantes do capital internacional. Verifica-se tal controle a partir da aliança composta entre grandes bancos mundiais, grandes empresas de energia, grandes indústrias de mineração, grandes construtoras, fundos internacionais de investimento e empresas estatais.

Diante de tal quadro os movimentos sociais, não apenas o MAB, apresentaram-se como protagonistas na construção de espaços de diálogos, reconhecendo o papel central do banco como agente econômico e político. De acordo com Vieira e Giménez (2016) o tema principal gira em torno da relação empresa pública e movimentos sociais e o tipo de desenvolvimento construído pelo Estado através de seus instrumentos políticos e econômicos, delineando as possibilidades efetivas de diálogo.

Apreender a relação entre atores do Estado, BNDES e Movimentos Sociais é importante em dois aspectos: a) identificar as prioridades do modelo de desenvolvimento econômico construído a partir do banco, suas prioridades em

investimentos e os setores dominantes beneficiados; b) identificar as formas de diálogo possível e seus limites entre o banco e os segmentos organizados.

O presente trabalho esforça-se em identificar as possibilidades e os limites de diálogo entre os movimentos sociais e o BNDES. Analisar-se-á através do estudo de caso a relação do Banco e do MAB dentro da “Plataforma BNDES”. Detalhamos através de breve histórico o modelo energético adotado no país: Como este modelo afeta diretamente a sociedade e a serviço de quem está? Salientamos como o modelo de energia utilizado impulsionou uma série de lutas e reivindicações em torno do tema e dos impactos causados.

Utilizamos a Plataforma BNDES como instrumento de análise das relações estabelecidas entre o Banco e a sociedade. Verificou-se ainda as mudanças significativas dentro da instituição no que diz respeito a seu papel social. Para tais análises utilizou-se entrevistas concedidas por membros do corpo técnico e político do Banco e dirigente do MAB, bem como a análise de documentos da Plataforma BNDES, relatórios e projetos de lei ligados ao desenvolvimento social no Banco.

O período avaliado corresponde ao fim dos anos de 1980 até o fim da primeira década dos anos de 2000, momento no qual o BNDES adota o Social como integrante de suas diretrizes institucionais. O recorte temporal escolhido, também corresponde ao período de fortalecimento das reivindicações sociais no que tange aos impactos ambientais e sociais ocasionados através de financiamentos do BNDES ao setor de energia.

1 O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Até a década de 1990 o modelo de captação de energia utilizado foi baseado, principalmente, em hidrelétricas, explorando a riqueza hidrelétrica presente no país. Para Foschiera (2009) o setor energético não conseguiu acompanhar o crescimento industrial e urbano, nos anos de 1940 e 1950 a demanda industrial por energia era maior que a oferta, ocasionando o racionamento energético. O cenário torna-se propício para as empresas privadas do setor hidrelétrico voltassem a investir na construção de novas obras.

Nas décadas de 1950 e 1960, verificou-se a intervenção acelerada das empresas norte americanas no Brasil. O contínuo aumento de investimento de capital externo, exigiu a ampliação do setor elétrico. No pós II guerra os Estados

Unidos apresentaram-se como potência imperialista, de tal forma que suas empresas atingiram alcance global e dominaram o campo econômico dos países dependentes, principalmente os países latinos americanos. Castelo (2012) aponta que as empresas instaladas no Brasil estiveram a serviço do desenvolvimento brasileiro, este tipo de atuação revelou a imposição das demandas externas em detrimento das internas.

De acordo com Foschiera (2009) a ação do Estado foi facilitadora da unificação dos interesses entre capital nacional e internacional no setor de energia. Coube ao Estado incentivar a construção e manutenção do setor elétrico, associou-se a consultoras e indústrias estrangeiras que forneceram tecnologia para expansão do setor.

A produção de energia hidrelétrica no Brasil é voltada para garantir as necessidades dos grandes empreendimentos, sobretudo os do setor mineral e a ampliação da indústria. Ou seja, o modelo de energia brasileiro estava voltado às demandas de pequenos grupos econômicos, representantes do capital internacional.

O capital internacional, através de seus representantes dentro do Estado, obtivera vantagens e garantiram maiores lucros em seus empreendimentos.

Verificar-se-á que o modelo de desenvolvimento – especialmente o energético – nacional erigido estabeleceu seu compromisso com o desenvolvimento econômico e industrial, não necessariamente com o aspecto social do desenvolvimento.

Ainda hoje as Hidrelétricas são as principais fontes de energia elétrica³, caracterizam o modelo energético adotado no país. De acordo com Vieira (2001) nos anos 1970 o modelo alcança seu ápice, durante o regime militar, com a construção das barragens de grande porte, em resposta à crescente industrialização e internacionalização da economia brasileira.

Em decorrência dos grandes impactos ambientais e sociais causados por grandes empreendimentos, no fim da década de 1970, famílias atingidas por hidrelétricas organizaram-se em torno da pauta, reivindicando do Estado indenizações justas por suas perdas e posicionaram-se como organizações de

3 Segundo o relatório da ANEEL 2013: As usinas hidrelétricas ainda constituem a principal fonte de energia elétrica no país, cujos empreendimentos representam 63,9% da potência instalada.

resistência ao modelo imposto. O embrião do Movimento dos Atingidos por Barragens está nas Comissões de atingidos⁴.

No dia 11 de julho de 1980, o desespero de 6 mil famílias rurais e mil famílias urbanas, cuja situação continuava sem solução às vésperas do enchimento do lago, leva as lideranças a decidirem sigilosamente pela organização de um ato público. Em 14 de julho, os agricultores cercam o escritório da empresa em Santa Helena, cantam o hino nacional e uma liderança lê o comunicado “Ao povo, ao Governo e à Itaipu”, reivindicando indenização imediata com reajuste de 100%, reassentamento no Estado do Paraná, indenização das redes elétricas. Durante vários dias os expropriados de Itaipu vão receber a solidariedade de várias entidades, religiosas e leigas, parlamentares, movimentos sociais, com expressiva repercussão na imprensa. Viviam-se os últimos momentos da ditadura militar, avançava a luta por eleições diretas. Nascia o Movimento Justiça e Terra. Nascia a luta organizada dos atingidos por barragens. (VAINER, 2002, 5- 6)

As Comissões dos Atingidos iniciaram a organização nas regiões: a) Norte em Tucuruí (PA); b) Nordeste em Sobradinho (BA) e Itaparica (BA e PE); c) Sul em Itaipu (Brasil/Paraguai), Itá (SC e RS) e Machadinho (SC e RS). As famílias lutavam para que dentro dos acordos de indenizações conseguir o benefício da permanência na terra, de modo que permaneceriam na condição de agricultores. As Comissões conseguiram vitórias significativas, elas variavam conforme o grau de organização local. A vitória mais simbólica ocorreu em 1987. Famílias atingidas pela UHE Itá conquistaram um acordo que garantiu benefícios importantes: reassentamentos coletivos, casas, terra e assistência técnica para produção.

A primeira experiência rumo à articulação mais ampla e de caráter nacional ocorreu em 1989 com o *Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens*. O principal indicativo do Encontro foi organizar as famílias atingidas pelas UHE e fazer enfrentamento ao modelo de construção de barragens no Brasil. Este passo foi importante para a nacionalização do MAB em dois aspectos: a) ampliar para outros locais a organização dos trabalhadores atingidos por barragens; b) ao consolidarem-se como movimento social há um ganho de peso na disputa política.

O MAB tornou-se um movimento nacional, popular, autônomo, voltado para a organização dos atingidos pelos seus direitos. Em março de 1991 no *I Congresso*

4 As Comissões de Atingidos nas regiões: CAHTU (Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí); CRABI (Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu); CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens).

dos Atingidos de todo o Brasil, levanta-se o lema “Terra sim, barragem não!”, do mesmo encontro outro marco importante é a instituição do *Dia Nacional de Luta Contra as Barragens*, 14 de março.

A década de 1990 é marcada pelo modelo político e econômico neoliberal. Modelo este duramente criticado e enfrentado pelo MAB, as principais críticas são direcionadas à privatização de importantes empresas estatais e modelo energético comprometido com o capital internacional. Várias UHEs foram entregues ao controle de multinacionais e empresas mistas e privadas, grande parte delas, representantes, do setor de mineração e energia, celulose e papel, e do capital financeiro. Com o avanço do modelo neoliberal na economia brasileira o Movimento colocou-se em outro patamar de organização, expressou-se maior capacidade de intervenção e organização. A energia, patrimônio brasileiro, estaria sendo utilizada de maneira predatória, maximizando o lucro das grandes empresas do setor. Em novo patamar organizacional o MAB sintetiza a indignação com o modelo energético brasileiro em “Águas para a vida, não para a morte!”.

Em março de 1997 ocorreu o *I Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens*, o encontro contou com a participação de mais de 20 países, foi um momento de compartilhar as experiências de lutas, resistência e enfrentamentos pelos quais passaram com o modelo energético posto em prática em seus países respectivos países. O dia 14 de março, *Dia Internacional de Luta Contras as Barragens*, é resultante deste encontro. Ainda na década de 1990, o MAB afirma seu comprometimento com a luta contra o modelo político e econômico neoliberal, e reafirma seu compromisso com a construção de um Projeto Popular para o Brasil enquanto ferramenta de disputa do modelo energético brasileiro.

Em relação à sua política frente ao setor de construção de barragens, público e privado, a posição do MAB é clara: são veementemente contra a construção de grandes barragens e todas as que não tiverem participação popular nas fases de discussão e implantação. Seu objetivo principal em relação ao governo brasileiro é a garantia de uma nova política energética. (VIEIRA, 2001, 81)

Iniciado o governo Lula, o MAB em conjunto a outras organizações avaliaram maiores possibilidades de diálogo, melhores condições de lutas, ou seja, um cenário mais favorável em comparação a década de 1990. Em 2003 ocorreu o *1º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens*. Em 2004 o Movimento faz uma

marcha histórica de Goiânia até Brasília, conhecida como “*Marcha Nacional Águas pela Vida*”, que exigiu ao Governo Federal o cumprimento de direitos fundamentais aos atingidos por barragens.

Durante estes anos de luta, o MAB e seus integrantes enfrentaram criminalização por parte das grandes empresas e diversas violações contra os direitos humanos. Em março de 2006 ocorreu o *2º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens*. A palavra de ordem do encontro “Água e Energia não são Mercadorias!” sintetiza o cerne da luta do Movimento. O lema definiu o caráter popular, sindical e político do Movimento. O MAB colaborou com a transformação do atingido em ator político e social que luta por uma sociedade mais justa e soberana.

2 DISPOSITIVOS DE DIÁLOGO ENTRE BNDES E SOCIEDADE CIVIL NO PERÍODO NEODESENVOLVIMENTISTA – PLATAFORMA BNDES COMO EXPERIÊNCIA PONTUAL

A partir do decreto de lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982 acrescentou-se a sigla “S” ao BNDE, sigla referente ao desenvolvimento social. Com o Social o Banco objetivou conciliar institucionalmente o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social. Todavia, enfrentou dificuldades para enraizar o aspecto social do desenvolvimento dentro da institucionalidade do Banco.

Entre os anos de 1982 e 1996 houve um hiato nas políticas sociais. Este hiato se encerra em 1996, pois nos anos anteriores o FINSOCIAL⁵ encontrou-se extinto, o que dificultou a retomada de políticas sociais. A retomada social do BNDES veio através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), política voltada a pequenos agricultores e assentados da Reforma Agrária.

Do ponto de vista institucional o banco trabalha com políticas setoriais, mais abrangentes que projetos sociais. O Fundo Social do Banco é criado em 1997 com objetivo de destinar uma parcela do lucro anual do Banco a projetos sociais. Esses projetos foram destinados às populações de baixa renda, a tentativa foi combinar ações de crescimento econômico com políticas públicas sociais. Para gerir estas políticas setoriais, o banco criou em 2003 o setor de Inclusão Social do Banco. Esta

5 O FINSOCIAL é fonte de recursos destinada para áreas sociais, instituída pela Lei nº 7.611, de 1987. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1940.htm

guinada, em relação à condução das políticas sociais, é carro chefe do governo PT. Reflexo da aplicação do modelo neodesenvolvimentista nas políticas institucionais.

O Governo Lula não rompe completamente com o modelo neoliberal. De acordo com Boito Jr. (2012) o neodesenvolvimentismo é uma frente política composta por base heterogênea. Esta frente é composta pela burguesia brasileira e classe trabalhadora – ambas com bases heterogêneas entre si – relacionadas por meio do modelo econômico neodesenvolvimentista.

O neodesenvolvimentismo objetivou crescimento econômico com distribuição de renda moderada, direcionado a partir dos interesses da burguesia interna. Seu horizonte encontrou-se na retomada do papel do Estado como indutor do desenvolvimento social.

Inegavelmente o Banco fortaleceu seu setor de inclusão e políticas sociais, ainda assim não conseguiu atender a todos de forma igual. As políticas voltadas para a distribuição de recursos e os valores desembolsados à área social foram inferiores em comparação a outras áreas de investimentos, por exemplo, como a infraestrutura e indústria. O diálogo que se estabeleceu entre representantes da sociedade civil organizada e o BNDES é essencial para compreender os distintos interesses e contradições que envolveram o desenvolvimento social dentro desta instituição.

Uma contradição importante a se observar é que espaços decisórios se tornaram em espaços possíveis de fazer políticas públicas voltadas a atender demandas dos movimentos sociais. Em Abers, Serafim e Tatagiba (2014) a contradição explorada nesta relação é expressão não só da heterogeneidade das classes da frente, mas também da heterogeneidade dentro dos aparelhos e relações do Estado, através da inserção de atores, aliados aos movimentos sociais, em postos chaves de decisão no governo PT.

Apesar das contradições o diálogo estabelecido permaneceu conflituoso, pois a postura do banco, independente do governo, alinha-se ao tipo de desenvolvimento que persiste em seu caráter conservador. Em Florestan (1989) a modernização se impunha de fora, do ponto de vista econômico, necessário ao mercado mundial e de dentro, para que as classes dominantes pudessem dispor de instrumentos eficazes de defesa da ordem.

Comprometido com demandas do desenvolvimento conservador, e pouco comprometido com demandas da sociedade civil, os Movimentos Sociais passaram

a questionar o Banco nos espaços de diálogo: “desenvolvimento para quem?”; Foi necessário a construção de espaços de diálogos formais. No fim do primeiro mandato de Lula, o Banco passou a criar formas de diálogo para além dos projetos sociais. Em junho de 2006 iniciou-se o diálogo com os movimentos sociais, princípio da articulação “Plataforma BNDES” que se consolidou em 2007 com o lema: “O BNDES que temos e o BNDES que queremos”⁶.

O seminário da Plataforma BNDES (2007) sintetiza 4 eixos, todos orientados a partir das demandas dos Movimentos Sociais para o Banco: a) Transparência e maior publicidade das políticas do Banco; b) Participação e controle social; c) Desenvolvimentos de critérios de parâmetros territoriais, ambientais, climáticos, gênero e raça, trabalho e renda; d) Políticas setoriais para Infraestrutura social, descentralização de crédito, desenvolvimento rural sustentável e agroecológico, energia e clima, integração regional.

Em entrevista⁷, Fábio Kerche⁸ fala que umas das maiores contribuições que os Movimentos Sociais deram ao Banco concentraram-se em dois aspectos: a) Forçar o Banco a pensar nos Movimentos Sociais como atores com dinâmica própria, colocando-os na agenda de prioridades do banco; 2) Impulsionaram o aumento da transparência institucional do Banco. Kerche afirma que os movimentos sociais foram atores que não entraram no mapa dos relacionamentos do BNDES até o início do diálogo via “Plataforma BNDES”.

A partir de 2008 o Banco passou a aumentar a transparência, chegou a ser a instituição nacional bancária mais transparente do país, no que diz respeito a seus financiamentos. Na avaliação dos Movimentos Sociais, faltou avançar mais. Mesmo depois do ano de 2008, havia grande dificuldade em acessar os relatórios dos grandes projetos e muitos relatórios eram favoráveis as grandes obras, desconsiderando as dimensões dos impactos sociais e ambientais causados.

De acordo com Kerche, o desafio principal do banco consistiu em consolidar o desenvolvimento social enquanto pilar institucional. Dificuldade originária do corpo técnico elitizado⁹ do Banco.

6 Título do seminário ocorrido em julho de 2006, construído com mais de 20 organizações de sociedade civil. Disponível em <http://www.ibase.br/userimages/Plataforma%20BNDES.pdf>

7 Entrevista realizada em 04 de setembro de 2015.

8 Fábio Kerche é Cientista Político, pesquisador de carreira da Fundação Casa Rui Barbosa, no BNDES há 9 anos.

9 De acordo com o Projeto de Pesquisa “Composição, origem e retórica do corpo técnico do BNDES”, trabalhado entre 2012 – 2014, o recorte do corpo técnico do Banco, analisado desde a década de

Conclui-se que o diálogo dentro da Plataforma BNDES pouco avançou. Através de diagnósticos e propostas a Plataforma tentou influenciar no processo decisório do BNDES, sem grande sucesso, já que a correlação de forças foi bastante adversa.

É válido supor que apesar das dificuldades enfrentadas dentro da Plataforma, ela foi uma excelente oportunidade de democratizar o debate sobre os rumos do desenvolvimento social do banco. Na avaliação da Plataforma BNDES (2007), o conceito de desenvolvimento praticado pelo banco está associado ao crescimento econômico em detrimento da soberania e desenvolvimento social.

Em relação ao desenvolvimento social brasileiro, a Plataforma apresentou três pontos relevantes ao banco, para serem levados em consideração no momento de formular políticas institucionais e viabilizar projetos, eram estes: a) considerar as necessidades históricas do povo brasileiro; b) considerar os problemas atuais; c) estabelecer metas claras para a melhoria de vida da população.

Mesmo diante de todas considerações levantadas via Plataforma BNDES, o banco permaneceu, prioritariamente, dentro da lógica do capital, promoveu o desenvolvimento do capital econômico, menosprezou as políticas e projetos sociais. É inegável os avanços nas políticas sociais dentro do Banco, mas ainda assim, o Banco continuou dando prioridade às grandes empresas, fortaleceu os grandes conglomerados econômicos, representados por setores do agronegócio, da mineração, siderurgia, celulose, petróleo e gás, e o hidrelétrico, setores relacionados a grandes impactos sociais e ambientais.

3 PLATAFORMA BNDES – BALANÇO DO MAB E BNDES

Em entrevista¹⁰ com Elvio Lima Gaspar¹¹, ele ressaltou que muitas empresas trataram da questão social de maneira “intuitiva”, muitas empresas criaram instituições próprias que atuariam no setor social. Estas fundações trabalharam com uma pequena parcela da comunidade, possibilitando um atendimento de maior

1950 até 2011, era de engenheiros, economistas, e advogados formados, principalmente, na PUC-Rio, USP, UFRJ, quase todos funcionários de carreira dentro do Banco. O Projeto de pesquisa é uma vertente do Programa de Pesquisa “BNDES, financiamento público e capital privado: dimensões políticos institucionais, socioeconômicas e territoriais”

10 Entrevista realizada em 04 de setembro de 2015.

11 Elvio Gaspar foi Diretor de Inclusão Social e de Crédito do BNDES (2006 – 2008), tendo atuado também como Membro do Conselho Executivo; Foi Diretor da Light S.A e atualmente é diretor do Banco do Brasil S.A.

qualidade que o oferecido pelo Estado. Passaram a impressão de competência, na verdade era apenas um caso de melhor condição de gerência. Gaspar reforçou que este tipo de política e projeto social não tornou-se em política sistêmica da instituição, foi pontual, não foi capaz de resolver os problemas de ordem social de maneira eficaz. Para Gaspar (2015): “Essa é a ação empresarial clássica brasileira... Qualquer coisa estrutural está fora”.

A partir das políticas sociais empreendidas pelo banco, via projetos aprovados com políticas pontuais, conclui-se duas coisas: a) Os últimos avanços sociais dentro banco são expressão das políticas adotadas, e características, pelo governo PT; b) A não institucionalização das políticas sociais sugeridas por espaços de diálogo como a Plataforma, foi uma forma de não democratizar os espaços de decisão dentro do banco.

Gaspar (2015) apontou alguns elementos centrais a respeito da experiência Plataforma BNDES com o Banco: a) A não institucionalização da permanência do diálogo via Plataforma; b) Limites impostos à intervenção da Plataforma sobre a organização do Banco. Para ele o diálogo deu-se pela necessidade, contudo sempre houve limites dentro desta forma de intervenção, uma intervenção localizada mais no “campo conceitual” que no prático. Não houve espaço para intervenção “extrapolada” por parte da Plataforma. A orientação a respeito dos projetos foi tarefa única e exclusiva do banco e de seu corpo técnico. Gaspar insistiu que a intervenção sobre as linhas prioritárias para o desenvolvimento social fora uma ideia equivocada por parte de alguns movimentos que compuseram a plataforma.

O MAB enquanto organização política que compôs a Plataforma desde o início avaliou a centralidade da Plataforma como espaço privilegiado de intervenção, mesmo que limitado, já que o banco é um dos atores principais nos financiamentos de grandes obras do setor da Energia.

Cervinski¹² apontou que no decorrer desta experiência o Movimento terminou por enfrentar uma das faces do capital, o Imperialismo. A energia no país, historicamente, foi controlada por grandes empresas Internacionais, respaldadas pelas alianças entre grandes bancos mundiais, grandes empresas de energia, grandes indústrias de mineração, grandes construtoras, fundos internacionais de

12 Em entrevista, concedida em 16 de novembro de 2015. Gilberto Cervinski é Dirigente nacional do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

investimento e algumas estatais. O Movimento se posiciona, e posicionou-se contra o capital internacional, financiado através dos projetos do Banco.

De acordo com o MAB é importante entender os limites do modelo de desenvolvimento impulsionado pelo governo PT, mas sem furta-se da crítica e enfrentamento ao modelo energético adotado, só desta forma é possível assegurar autonomia do MAB frente ao Governo Federal.

No limite, o diálogo e a autonomia são pontos centrais para o MAB, contudo, disposição ao diálogo não significa concessão, nem por parte dos Movimentos ou do Banco. No decorrer da experiência com a Plataforma construiu-se um discurso que tentou relativizar a representatividade e importância dos movimentos sociais. Este discurso é identificado na entrevista com Kerche, quando questionou a relação entre as bases sociais das organizações em relação à geração de empregos via obras financiadas. Ora, a crítica do movimento localizara-se no reconhecimento da necessidade de expandir ofertas de empregos formais, mas também se localizara em questionar os tipos de empregos gerados através dos grandes empreendimentos e quais os custos ocasionados à população atingida.

Para o MAB a semelhança entre os governos dos anos de 1990 e os do PT é que ambos foram pautados no desenvolvimento do capital. Em ambos governos o maior beneficiado foi o capital financeiro, porém no período Fernando Henrique Cardoso (FHC) o desenvolvimento esteve voltado principalmente para o capital financeiro deixando de lado a industrialização e o período PT esteve voltado para o desenvolvimento da indústria, portanto, a diferença consiste nas direções políticas para o desenvolvimento nacional.

O redirecionamento do modelo econômico que adotou o Governo Lula criou, o que as organizações populares definiram de “melhores condições de lutas”, seja porque houve aumento real do salário, baixo nível de desemprego, ampliação dos programas sociais, aumento do número de vagas no ensino superior¹³. Cervinski citou que a mudança de modelo, entre FHC e Lula, foi positivo, pois permitiu ao MAB vivenciar mais momentos de lutas em comparação aos anos anteriores. É importante ressaltar, que o MAB não avaliou o governo Lula como um governo de transformações profundas, e sim de reformas dentro das condições estabelecidas e criadas.

13 Reforçar que a relação do MAB com o governo está sendo analisado em relação ao governo Lula (2002 a 2010).

A Plataforma BNDES reconheceu a importância econômica e política do Banco para o país e seu papel para o desenvolvimento econômico nacional. Cervinski apontou que em poucos lugares do mundo bancos estatais possuíam papel de tamanha envergadura, tal qual o BNDES. Durante a crise de 2008, o Banco chegou a emprestar 200 bilhões através da liberação de crédito, sua atuação amenizou os efeitos da crise, protegendo o país do destino de muitos durante este período. Com tamanha importância é válido supor que uma possível privatização do Banco resultaria em grande perda para o patrimônio público.

A avaliação feita pelo Movimento é que houvera avanços através da articulação Plataforma e BNDES, porém avanços tímidos. O tímido avanço é devido ao caráter da relação entre o Banco e o sistema financeiro. Os projetos, incluindo os projetos sociais, são viabilizados conforme sua prioridade econômica, os aspectos sociais do desenvolvimento são secundários. O que não é rentável não é importante, o que não pode assegurar o pagamento dos empréstimos não é prioridade para o Banco.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a centralidade do Banco, desde sua criação, é financiar a longo prazo segmentos estratégicos da economia brasileira, promover desenvolvimento econômico e social. De fato, verificar-se-á que o BNDES foi decisivo para a consolidação econômica brasileira, para o desenvolvimento da Indústria brasileira, tecnicamente é uma instituição de excelência e um dos maiores bancos de desenvolvimento estatal do mundo.

A relação conflituosa entre segmentos de movimentos sociais, articulados na Plataforma, e o BNDES originou-se a partir da distinta percepção acerca do tipo de desenvolvimento necessário ao país. O MAB não censura a necessidade do desenvolvimento econômico, mas faz ressalva ao modelo de desenvolvimento excludente praticado pela instituição financeira. Esta relação, portanto, é marcada pela colisão de expectativas, pela forma que deve-se utilizar, ou não, os recursos do Banco.

O desenvolvimento do capital nacional foi alicerçado sob as demandas de uma parcela industrial nacional, não nacionalista, e representantes do capital internacional. Foi fundamentado na exploração dos bens naturais do país e

expropriação de nossas riquezas. O modelo abraçado proporcionou o aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais no país. O Estado, representante das classes dominantes, optou por um modelo de desenvolvimento desigual e combinado, imposto pelo capitalismo internacional. Os tipos de desenvolvimento que tivemos não se propuseram a mudar nossas estruturas sociais, obtivemos crescimento econômico com relações sociais subdesenvolvidas. De modo geral, os grandes projetos financiados pelo Banco afetaram direta ou indiretamente milhares de pessoas, através de danos ambientais e sociais decorrentes das implementações destes.

A organização dos atingidos por barragens é reflexo dos crimes causados por grandes obras de Usinas Hidrelétricas, obras financiadas pelo BNDES. A problemática não é o banco, mas o desenvolvimento predatório intrínseco a seus financiamentos. Este fator é determinante à organização dos atingidos e sua luta pela organização popular, e disputa de modelo de sociedade, cujo desenvolvimento social e econômico seja democrático e universal.

Diante dos conflitos citados foi natural a construção de espaços de diálogo através da Plataforma BNDES, seu período de maior atuação foi dos anos de 2007 a 2011. A Plataforma foi um espaço de diálogo com respaldo institucional, experiência inédita para o BNDES. A experiência, da perspectiva do MAB, apresentou alguns avanços, no entanto as divergências foram crescentes. O Movimento compreendia a importância de um instrumento público de financiamento do desenvolvimento, contudo a crítica encontra-se localizada na atuação de caráter privado internalizada pelo BNDES.

Percebe-se que a Plataforma BNDES foi importante para impulsionar políticas sistêmicas, a exemplo da crescente transparência e acesso a informação, porém não houve um avanço de qualidade na condução de políticas sociais mais efetivas, as políticas foram pontuais. Mesmo diante das fragilidades no decorrer desta experiência é importante fortalecer espaços de intervenção como a Plataforma, são espaços frutíferos para intervenções mais localizadas. É uma forma de democratizar e disputar o desenvolvimento social necessário ao país. Este tipo de ferramenta, somado a outras, como as mobilizações populares, são espaços pedagógicos de atuação e luta. São espaços de democratização popular, já que coloca o sujeito atingido como protagonista de sua própria história.

REFERÊNCIAS

ANEEL (2014). Relatório ANEEL 2013. **ANEEL**, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/biblioteca/downloads/livros/Relatorio_Aneel_2013.pdf> Acesso em: 02 fev. 2017.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Volume. 57, nº 2, 2014.

BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. 9º **Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas**, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

CASTELO, Rodrigo. Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista. **Marxismo21**, 2012. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/R-C-Branco-FF.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2016 .

FERNANDES, Florestan. A Constituição como projeto político. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, Volume 1, nº 1, 1989.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos**: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

PLATAFORMA BNDES. Diagnósticos e propostas para reorientar o principal instrumento público de desenvolvimento do Brasil. **Ibase**, 2007. Disponível em: <<http://www.ibase.br/userimages/plataforma.pdf>> Acesso em: 06 nov. 2016.

VAINER, Carlos B. Águas para a vida, não para a morte: Notas para uma história do Movimento de Atingidos por Barragens no Brasil. Workshop “**Social Movements in the South**”, promovido pelo Center for International Affairs, Harvard University, 2002. Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwi_3PHvr4rSAhXEH5AKHcQIDHIQFggfMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.observabarragem.ippu.r.ufrj.br%2Fcentral_download.php%3Fhash%3D44bd73a59ab748c1f6b918a449581b54%26id%3D20&usq=AFQjCNGrmJGVlvPSb7FIXg1lftG6N-eFPQ&sig2=CxNiSJNQZ7Yw1VD53t246A. Acesso em: 06 nov. 2016.

VIEIRA, Flávia Braga; GIMÉNEZ, Maria Julia. Da pressão ao diálogo e vice-versa: relações entre movimentos sociais e BNDES. **40º Encontro anual da ANPOCS**, Caxambu, 2016. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st13-7/10271-da-pressao-ao-dialogo-e-vice-versa-relacoes-entre-movimentos-sociais-e-do-bndes/file>> . Acesso em: 13 fev. 2017.

VIEIRA, Flávia Braga. **Do confronto nos vales aos fóruns globais**: um estudo de caso sobre a participação do Movimento de Atingidos por Barragens na Comissão Mundial de Barragens. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.